



Entrevista

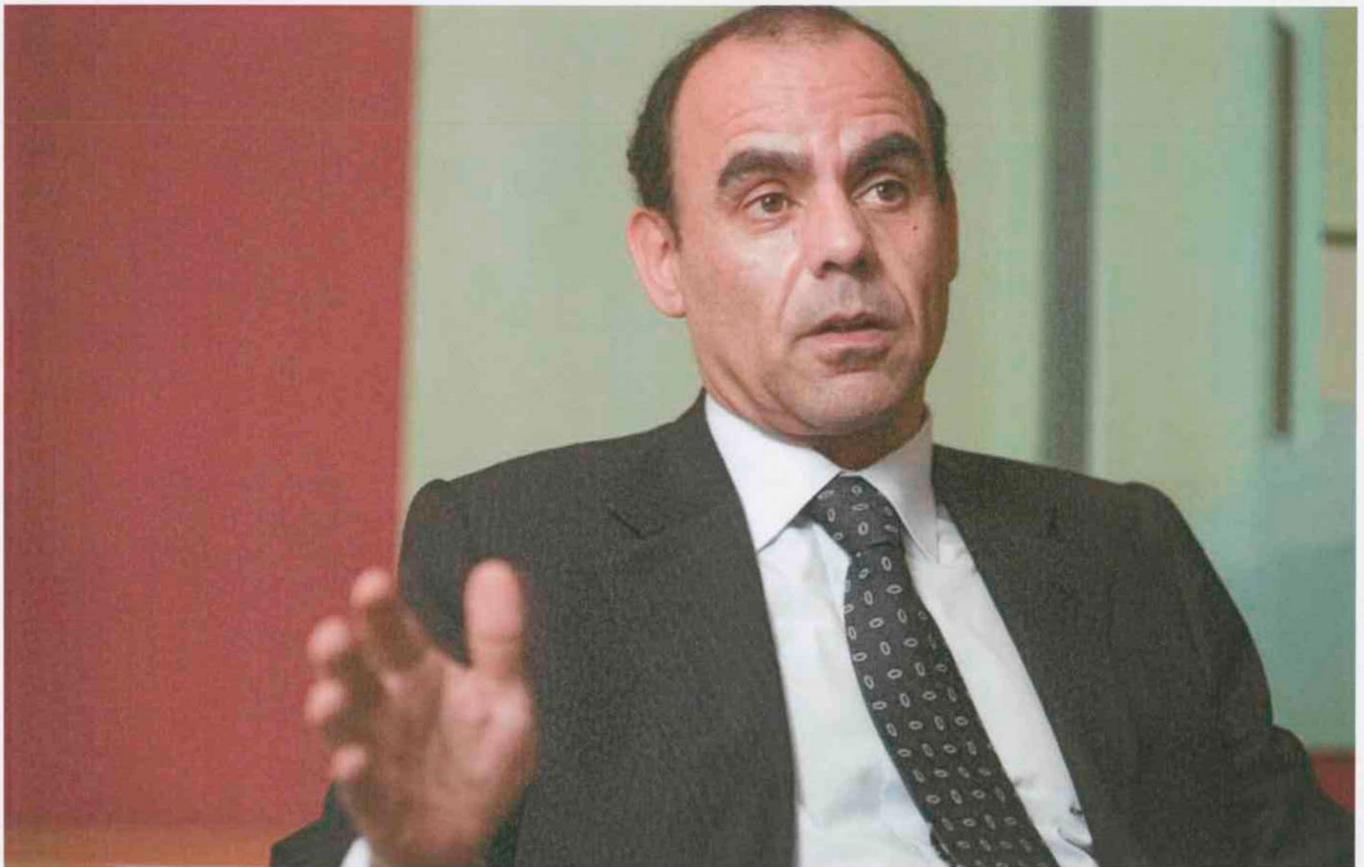


Herminio Santos
jornalista
hs@briefing.pt

A orgânica hierarquizada e funcional do Ministério Público foi tão questionada nos últimos anos que deixou de existir “ordem e comando” naquela estrutura, diz Nuno Morais Sarmento, 51 anos, sócio da sociedade de advogados PLMJ, e que acredita na “coragem e capacidade de desconstrução” da ministra da Justiça para levar por diante as mudanças que são necessárias no sector

Nuno Morais Sarmento, sócio da PLMJ

Ministra tem coragem



Ramón de Melo

Advocatus | Já é tempo de fazer um balanço da atividade da ministra da Justiça. O que pensa da sua atuação até agora? **Nuno Morais Sarmento** | Já é tempo de fazer algum comentário mas ainda é cedo para fazer um balanço e portanto é sempre com esta reserva que acho que as opiniões devem ser expres-

sas neste momento. A dra. Paula Teixeira da Cruz tem desde logo uma característica pessoal que me levou a ver com entusiasmo a sua escolha para a pasta da Justiça: a capacidade de desconstrução. Assistimos a intervenções desconstrutivas no tempo em que estava na Câmara Municipal de Lisboa e na liderança

“Como relacionar a autonomia da PJ com a tutela da investigação pelo MP merece reflexão”

do PSD, com Marques Mendes. Ora, entendo que algumas das soluções para os problemas da Justiça em Portugal passam por uma desconstrução.

Advocatus | Porquê?

NMS | Porque estamos muito anquilosados, temos posições muito rígidas e consolidadas das

diferentes corporações no sistema judicial. Este sistema segue o mesmo modelo há décadas, não tem alterações nos protagonistas principais, na organização do Ministério Público (MP) e das polícias de investigação, na relação entre a magistratura do MP e a magistratura judicial. O resultado é que isso tende a cristalizar os protagonistas pela sua longevidade e eu penso que essa é uma das razões da inoperância das sucessivas tentativas de reforma. A dra. Paula Teixeira da Cruz tem coragem e capacidade de desconstrução. Isso foi uma coisa que me animou. Em cima disso tem uma experiência prática do Direito. É uma mulher que viveu como advogada em interação com o sistema judicial, com o funcionamento prático da Justiça. Tem também uma experiência nas instituições da Justiça, quer nos conselhos quer, principalmente, na Ordem dos Advogados. Tudo isto são condições positivas para o desempenho da função.

Advocatus | Mudaria a arquitetura do Ministério Público?

NMS | Em primeiro lugar, antes de discutir o modelo de *report* e de tutela do Ministério Público (MP), falaria sobre o seu funcionamento.

No modelo atual, e sem precisar de o alterar, eu não percebo porque é que o MP deixou de ter hierarquia. O MP tinha uma cadeia de comando, e faz sentido que a tenha, e a partir de determinada altura, sempre pelas notícias que surgiram sobre uma eventual alinhamento político ou coincidências com posições políticas, questionou-se a lógica orgânica hierarquizada e funcional do MP. O resultado foi que nada melhorou porque deixou de haver ordem e comando. Desde os tempos de Cunha Rodrigues que os procuradores-gerais ficaram relativamente diminuídos pela opinião pública no exercício dessa tutela funcional sobre os magistrados do MP. Vimos isso com Souto Moura, de maneira clara, e

“Desde os tempos de Cunha Rodrigues que os procuradores-gerais ficaram relativamente diminuídos pela opinião pública no exercício dessa tutela funcional sobre os magistrados do MP. Vimos isso com Souto Moura, de maneira clara, e também com o atual procurador, embora seja um homem mais afirmativo”

“Noutro dia ouvia, com espanto, alguém dizer que as sociedades de advogados, num tempo destes de dificuldades económicas, iriam ter problemas e que o modelo deveria ser mais o dos pequenos e médios escritórios. Não percebi o racional pois é precisamente o contrário”

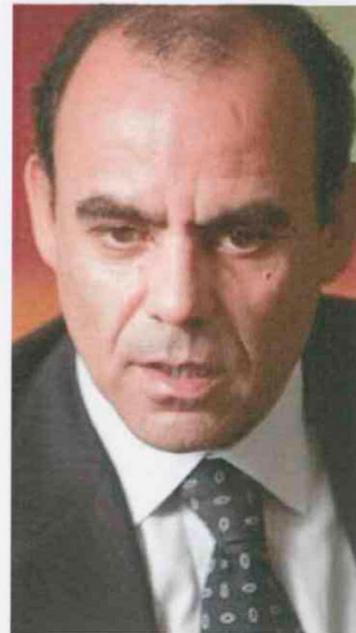
também com o atual procurador, embora seja um homem mais afirmativo. Foi pela leitura da opinião pública e pela atuação dos outros operadores judiciais que se chegou a esta situação. Esta pressão dos “tempos”, em que todos, de uma forma ou de outra, colaborámos, desfuncionizou o MP.

Advocatus | Deve o MP ficar sob a tutela do Ministério da Justiça?

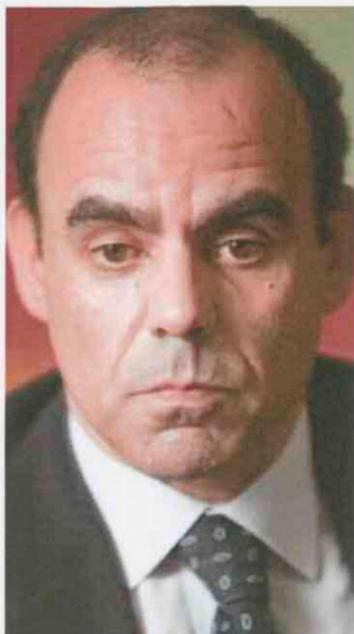
NMS | Tenho as maiores dúvidas que isso represente a solução dos problemas que têm sido apontados ao funcionamento do MP. Considero que é imediatamente mais importante resolver, por exemplo, o problema da relação entre o MP e a Polícia Judiciária (PJ) na fase de inquérito e de investigação, que não está resolvido nem é simples de resolver, não porque tenha havido má vontade ou incompetência daqueles que para o tema olharam mas sim porque não há uma solução mágica. Parece-me importante manter a autonomia da PJ, que é um órgão de polícia e não um instrumento de investigação do MP. Como relacionar a autonomia da PJ com a tutela da investigação pelo MP merece reflexão e é mais importante operacionalizar isso do que resolver a questão da tutela ou não tutela do MP pelo Ministério da Justiça.

Advocatus | No caso das pendências qual é a sua ideia para “descongestionar” o sistema?

NMS | Uma medida imediata é a de tirar dos tribunais as “paletes” de execuções que por lá andam. Isso pode fazer-se de várias maneiras: atribuindo uma competência decisória a instâncias de mediação de conflitos, a tribunais de primeira instância, a soluções que permitam resolver as pequenas execuções imediatamente – mas isto só resolve a pendência de hoje, não se altera o modelo ou estrangulamento que hoje tem. Tirar dos tribunais as execuções de pequeno volume é um processo que já vem de



“A dra. Paula Teixeira da Cruz tem coragem e capacidade de desconstrução. Isso foi uma coisa que me animou”



"Em muitos casos é, para mim, menos imponderável uma sentença arbitral do que uma judicial"

>>>
anteriores Governos e elas são, de facto, a primeira razão quantitativa do bloqueio dos tribunais. Depois, e como modelo de execução, eu diria que toda ela pode ser agilizada – ainda é muito “garantística” –, os agentes de execução têm que ser profissionais, rápidos e responsabilizados pelos resultados, não existindo nenhuma razão para termos agentes de execução que conseguem resultados e outros que parecem repetir os erros tradicionais do sistema. Há muitas pessoas disponíveis ou com vontade para desempenharem as funções como agentes de execução. A fase da penhora tem de ser simplificada e aí estamos prestes a dar um passo importante que é o da possibilidade de penhora das contas bancárias.

Advocatus | Acha que a Justiça tem sido “refém” de grupos de pressão?

NMS | Não, até porque os grupos de pressão atuam na Justiça Penal, não é na Cível. As execuções que estão nos tribunais não têm nada a ver com os grupos de pressão. As ações declarativas também não, assim como o processo administrativo. Em Portugal temos o hábito de encontrar um terceiro que seja responsável pelas nossas culpas – é o mais fácil.

Advocatus | Uma das suas áreas no escritório é a arbitragem. Como avalia a sua evolução?

NMS | É um sector que está em expansão pois trata-se de um mecanismo alternativo de resolução de conflitos que é mais garantido no seu resultado. Em muitos casos é, para mim, menos imponderável uma sentença arbitral do que uma judicial.

Advocatus | Porquê?

NMS | Porque na arbitragem os árbitros são escolhidos. Cada uma das partes indica um árbitro e cada vez mais, principalmente em litígios de grande dimensão, os árbitros têm de ter um comportamento a sério de indepen-

“Quando Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite vieram dizer que o País estava de tanga quiserem chamar a atenção para o problema que temos hoje e que todos assumimos que é preciso resolver. Nessa altura o que se passou foi que o País não queria ouvir dizer que estava de tanga pois aquilo significava mudar de vida e ninguém o queria”

“Não faço leituras de responsabilidade política individual mas a apontar um nome, a primeira pessoa que eu chamaria sobre o que se passou seria Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, que fez tudo ao contrário do que deveria ter feito. O Banco de Portugal deveria ter sido o nosso travão, o sinal vermelho. Deveria ter-nos dito o que disse a troika”

dência. Sou, com frequência, advogado e árbitro e tenho arbitragens internacionais em curso, com árbitros de parte escolhidos por mim e pelo meu cliente com quem nunca falei durante o processo porque pura e simplesmente os árbitros internacionais nem falam com a sua parte. Este exemplo dá para perceber que não é uma função levada a brincar porque, se assim fosse, esses árbitros arriscar-se-iam a deixar de integrar colégios de árbitros. Na arbitragem os árbitros são escolhidos e depois, entre eles, escolhem o presidente do tribunal, que é o decisivo, ou, na ausência de acordo, há mecanismos de indicação consoante o tipo de arbitragem em que estamos a funcionar. Ou seja, na arbitragem os juizes-árbitros são escolhidos e normalmente as partes escolherão quem perceba do assunto, quem tenha vivência prática das matérias. Quando nós vamos para os tribunais cíveis e nos sai um jovem juiz ou uma jovem juíza de 25 ou 30 anos que nunca viu um contrato internacional é difícil que não haja uma grande imponderabilidade na sua sentença, até porque não tem prática nem formação naquela matéria nem especialização. Isto acontece demasiadas vezes nos tribunais. Quantas vezes já senti que em tribunal o juiz não tinha percebido coisa nenhuma daquilo que de técnico estava em causa. Isto não é nenhuma crítica ao juiz pois é impossível que ele seja especializado em qualquer tipo de matéria que lhe apareça à frente. Nas arbitragens esse risco está ultrapassado pela existência de vários mecanismos, existindo menos possibilidade de “jogar” com as formalidades do processo.

Advocatus | Por isso é que a arbitragem é um caminho cada vez mais escolhido...

NMS | Sim e até a velocidade de decisão de uma arbitragem é definida no princípio pelas partes. Quer em termos de tempo quer em termos de regras processuais



“Olho para o ano de 2012 de uma forma muito simples: se o pior ainda está para vir, o melhor de nós também”

a arbitragem tem óbvias vantagens sobre os tribunais. Mas o que é que está a acontecer que vai ser negativo para a arbitragem? Primeiro, não estava dominada por corporação nenhuma, era um processo em crescimento e por isso bastante livre. Neste momento começamos a ver colégios de peritos de determinadas organizações que se consideram detentores de um maior conhecimento ou verdade sobre processo arbitral. Ou seja, estão-se a construir, aos poucos, pequenas corporações na arbitragem e teremos pela frente problemas parecidos com aqueles que temos na Justiça. O segundo problema que identifico na arbitragem proximamente é que ela só serve para processos caros pois envolve custos sig-

“Quantas vezes já senti que em tribunal o juiz não tinha percebido coisa nenhuma daquilo que de técnico estava em causa. Isto não é nenhuma crítica ao juiz pois é impossível que ele seja especializado em qualquer tipo de matéria que lhe apareça à frente. Nas arbitragens esse risco está ultrapassado pela existência de vários mecanismos”

nificativos – os julgados de paz “bebem” um pouco da ideia da arbitragem mas temos de encontrar mecanismos sucedâneos à arbitragem para processos simplificados e de menor valor económico. Se assim não for arriscamo-nos a ter encontrado uma maneira de funcionalizar a Justiça para os grandes casos sem solução equivalente para os pequenos casos, que são a esmagadora maioria. Quando se olha para as alterações a introduzir no sistema judicial – e alguém como a dra. Paula Teixeira da Cruz que, seguramente, já teve experiências em processos de arbitragem – uma das coisas que se pode fazer é olhar para o processo arbitral, que todos reconhecemos ser mais rápido, eficiente e justo, e perceber o que é

que podemos “importar” para o outro processo.

Advocatus I Tem uma formação “generalista” mas, apesar disso, reconhece que, hoje em dia, em termos de organização de advogados, as sociedades são incontornáveis?

NMS I Noutro dia ouvia, com espanto, alguém dizer que as sociedades de advogados, num tempo destes de dificuldades económicas, iriam ter problemas e que o modelo deveria ser mais o dos pequenos e médios escritórios. Não percebi o racional pois é precisamente o contrário. Porquê? Primeiro porque as grandes sociedades conseguem, precisamente pela sua dimensão, comportar diversidade dentro de si. Nós temos nesta sociedade



"Esta pressão dos 'tempos', em que todos, de uma forma de outra, colaborámos, desfuncionalizou o MP"

>>>
de advogados todas as competências especializadas necessárias no Direito. Um pequeno escritório, de cinco advogados, por exemplo, não consegue cobrir com a mesma capacidade técnica todas as especialidades do Direito. Isto significa que quando temos uma organização que enfrenta problemas de diversa ordem – com os fornecedores, clientes, autoridades, registos e patentes, concorrência – ou ela anda a dividir-se por vários advogados ou pode, numa plataforma de advogados como esta, encontrar a resposta sem sequer sair do quadro de confiança da relação de confiança com um advogado. Nós precisamos de sociedades de advogados para dar resposta a certas realidades empresariais, associativas, públicas e precisamos de advogados individuais para dar resposta a outro tipo de questões. Eu não vejo que as sociedades de advogados tirem espaço à prática individual, não a substituem nem são uma alternativa suficiente e integral. Penso que tenderemos para ter, nos pequenos escritórios, aquilo a que chamamos boutiques especializadas e as sociedades como plataformas. Sou muito

“O MP tinha uma cadeia de comando, e faz sentido que a tenha, e a partir de determinada altura, sempre pelas notícias que surgiram sobre uma eventual alinhamento político ou coincidências com posições políticas, questionou-se a lógica orgânica hierarquizada e funcional do MP. O resultado foi o de que nada melhorou por que deixou de haver ordem e comando”

defensor da prática individual pois só concebo uma sociedade como esta onde sou sócio como sendo um conjunto de advogados que o são individualmente. Na minha perspetiva, as sociedades de advogados não podem substituir nem sequer atentar contra a inalienável liberdade de cada advogado que a relação entre advogado e cliente exige. Quando estou num caso sinto-me vinculado ao cliente e às regras da profissão, antes de estar vinculado à sociedade onde estou. É por isso que eu digo que a prática individual tem de ser defendida. No momento em que a perdermos as sociedades de advogados podem virar sociedades de funcionários jurídicos.

Advocatus | Continua a ser um observador atento do País, com intervenção pública. Está otimista sobre o futuro de Portugal?

NMS | Olho para o ano de 2012 de uma forma muito simples: se o pior ainda está para vir, o melhor de nós também. Temos que ser nós a resolver o problema. É evidente que há uma série de fatores externos que podem condicionar ou até determinar o nosso futuro próximo mas quanto a isso somos relativamente impotentes. Para lá disso o essencial que é a nossa vida em 2012 depende de nós próprios, da atitude, do compromisso que assumimos.

PERFIL

Político, advogado e viajante

Foi a política que lhe deu visibilidade mediática. A advocacia é desde sempre a sua opção de vida. As viagens e o mergulho são alguns dos seus hobbies. Com Moçambique, país que visita com frequência, mantém uma relação especial, um misto de negócios com prazer. Nuno Morais Sarmento é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1984) e está inscrito na Ordem dos Advogados desde 1992. É sócio da PLMJ, foi deputado, dirigente partidário e ministro nos Governos de Durão Barroso e Pedro Santana Lopes. No PSD foi sempre um barrosista e nas últimas eleições no partido apoiou Paulo Rangel. Na sua atividade política ficou conhecido pela

determinação como geriu a reestruturação da RTP. Frontal, sem qualquer problema em defender ideias de rutura, elege Vítor Constâncio como o principal responsável pela crise que estalou em Portugal. Ex-praticante de boxe no Sporting, é um adepto do mergulho e gosta de viajar. Do seu percurso profissional destacam-se os cargos de assessor da Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 1991, administrador Delegado do Hospital de Alcoitão, em 1992, e membro do Conselho Superior do Ministério Público, em 1997. É comentador político na Rádio Renascença e convidado frequente dos *media* para falar sobre atualidade política, da qual permanece um observador atento.

Advocatus | E sobre o Governo? Havia algum ceticismo inicial da sua parte em relação a este Executivo...

NMS | Eu disse a certa altura – e acho que responsabilmente era assim que muita gente pensava, embora em Portugal se tenha esse medo de se falar o que se pensa – que Passos Coelho era o ovo Kinder. Com isso quis dizer que relativamente a ele tínhamos que esperar para ver. Tinha características que eram auspiciosas e outras que nos levavam, responsabilmente, a ter reticências ou dúvidas a nível, por exemplo, da experiência profis-



sional e traquejo na vida em que todos andamos fora da política. Hoje digo que a surpresa que o ovo guardava era boa, não tenho nenhum problema em dizê-lo. Em primeiro lugar pela atitude, mais até do que pelas medidas, e distingo o primeiro-ministro do Governo, pois acho que ele tem valido tanto como todo o Executivo. A atitude dele no compromisso sério que revela, na determinação que tem em, nos casos de dúvida, optar pela verdade e não pela mentira é uma mudança que pode ser pequena mas é radical em termos de prática.

Advocatus | Fez parte de um Governo onde o primeiro-ministro disse na altura que o País estava de tanga e toda a gente se escandalizou. Dez anos depois o País está mesmo de tanga? Aquele Governo foi, de alguma forma, injustiçado?

NMS | É uma tanga já muito puida... Não me preocupa se foi ou não injustiçado mas foi, sem dúvida, o primeiro Governo pós-25 de Abril que chamou objetivamente a atenção para o problema. Quando Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite vieram dizer que o País estava de tanga quiserem chamar a atenção para o problema que temos hoje e que todos assumimos que é preciso resolver. Nessa altura o que se passou foi que o País não queria ouvir dizer que estava de tanga pois aquilo significava mudar de vida e ninguém o queria. Entre o País mudar de vida ou mudar de Governo, foi mais simples esta última hipótese. Agora, o processo de reversão é complicado. Vai-se fazer pelo empobrecimento do País, recolocando-o no nível anterior ao do momento de enlouquecimento coletivo em que todos vivemos durante 10 anos. A década perdida é, no meu entender, entre 1992 e 2002 e, desde então e até hoje, o que fizemos foi meter a cabeça na areia, continuámos a fazer o que não podíamos fazer. Não faço leituras de responsabilidade

“As execuções que estão nos tribunais não têm nada a ver com os grupos de pressão. As ações declarativas também não, assim como o processo administrativo. Em Portugal temos o hábito de encontrar um terceiro que seja responsável pelas nossas culpas – é o mais fácil”



“Eu não vejo que as sociedades de advogados tirem espaço à prática individual, não a substituem nem são uma alternativa suficiente e integral”

política individual mas, a apontar um nome, a primeira pessoa que eu chamaria sobre o que se passou seria Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, que fez tudo ao contrário do que deveria ter feito. O Banco de Portugal deveria ter sido o nosso travão, o sinal vermelho. Deveria ter-nos dito o que disse a troika. Pasmado como é que andamos a apontar o dedo a políticos que, apesar de tudo, ainda têm a seu favor não serem técnicos, e não falamos do então governador do Banco de Portugal.

Advocatus | É adepto do plano do Governo para a RTP (Morais Sarmiento foi responsável pelo programa de reestruturação da televisão pública no Governo de Durão Barroso)?

NMS | Essa é uma matéria sobre a qual intencionalmente não me tenho pronunciado, apesar das solicitações, e por duas razões: porque até hoje faltavam peças para entender o plano todo e, em segundo lugar, porque falta perceber as opções do Governo

em questões fundamentais neste processo como, por exemplo, o papel dos media, a reconfiguração do mercado e dos seus protagonistas, as regras de funcionamento em matéria de publicidade. Daquilo que é conhecido discordo de algumas coisas e concordo com outras. A minha avaliação, quando a fizer, não será inteiramente coincidente com a do Governo. Até que ponto é que ela será divergente ou não, aguardo por alguns capítulos desta novela que ainda não foram disponibilizados publicamente. A realidade e a leitura que o País fez deste sector em 2002 e a faz hoje é completamente diferente e portanto não vou aqui dizer que o que eu fiz é que era bom. Atacámos determinadas questões, algumas delas mantêm-se, outras não e há outras novas que surgiram. É uma das áreas em que não podemos ter uma intervenção casuística, onde se resolve a cada momento as questões que estão em cima da mesa. Tem de haver uma estratégia e opções tomadas antes de as reformas serem implementadas.

“A década perdida é, no meu entender, entre 1992 e 2002 e, desde então e até hoje, o que fizemos foi meter a cabeça na areia, continuámos a fazer o que não podíamos fazer”



Nuno Morais Sarmento,
sócio da PLMJ

MP sem ordem nem comando

Pág. 30